

FORMAÇÃO PERMANENTE EM PSICANÁLISE E LETRAMENTO RACIAL: DIÁLOGOS ACERCA DA (DES)CONSTRUÇÃO DA ALTERIDADE

Renato Messias Ferreira Calixto
*Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)*
renatomessiasferreiracalixto@gmail.com

Diego Pacheco
*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação
em Administração da Universidade do Sul de Santa
Catarina (UNISUL)*
diegu.pacheco@gmail.com

Ana Maria Coelho Silva Wertheimer
*Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul (PUC RS)*
humanidades@puocrs.br

Resumo: Propõe-se com este artigo refletir sobre a questão da racialidade em diálogo com a psicanálise. De maneira mais pontual, intenta-se pensar acerca da importância da inclusão da temática do letramento racial na formação permanente de psicanalistas, levando-se em consideração os imperativos contemporâneos que dizem respeito à problemática em foco, a qual possui contornos desconhecidos, imprecisos e, até mesmo, negligenciados no exercício deste ofício. Para isso, utilizou-se como arcabouço teórico autoras(es) que se dedicam às discussões em torno das relações étnico-raciais, letramento racial, luta antirracista e psicanálise pós-colonial. Buscou-se lançar luzes sobre um assunto cuja exigência do tempo presente insta a comunidade psicanalítica a admissão à escuta, ao (re)conhecimento e à mudança de práticas na clínica, as quais convirjam para a identificação da necessidade de uma atuação atinente à realidade e às especificidades sociorraciais brasileiras.

Palavras-chave: psicanálise, letramento racial, relações étnico-raciais

Abstract: This article proposes to reflect on the issue of raciality in dialogue with psychoanalysis. More specifically, it attempts to consider the importance of including the theme of racial literacy in the ongoing training of psychoanalysts, taking into account contemporary imperatives related to the issue at hand, which has unknown, imprecise, and even neglected contours in the practice of this profession. To this end, we used as a theoretical framework authors who are dedicated to discussions around ethnic-racial relations, racial literacy, anti-racist struggle, and postcolonial psychoanalysis. The aim was to shed light on a subject whose current demands urge the psychoanalytic community to listen, recognize, and change clinical practices, which converge to identify the need for action relevant to the reality and socio-racial specificities of Brazil.

Keywords: psychoanalysis, racial literacy, ethnic-racial relations

Introdução:

Este trabalho, sem a pretensão de esgotar as discussões aqui propostas, haja vista a complexidade da discussões relativas à temática, busca ponderar sobre questões inerentes à racialidade em diálogo com a formação de psicanalistas em um contexto sócio-histórico no qual o racismo é elemento estruturante das relações sociais, tais como

no contexto brasileiro.

Propõe-se neste artigo ensaístico discutir o imperativo contemporâneo da inclusão de conteúdos intrínsecos ao letramento racial na formação permanente de psicanalistas, uma vez que é imprescindível à escuta psicanalítica conhecimentos acerca da realidade vivenciada, bem como das consequências da exclusão social provocada pelo racismo na vida psíquica de mulheres e de homens constituintes das comunidades de pessoas negras, e que podem e devem ter o direito de ocupar o divã na condição de pacientes e ou de analistas, tendo os relatos de suas histórias de vida compreendidos também à luz das vicissitudes impostas pelas realidades coletivas que as cercam e que configuram seu modo de estar no mundo.

Isto posto, a reflexão sobre essa problemática justifica-se pelo fato de que a própria psicanálise parece ter deixado em segundo plano, quando não negligenciado, o tema das relações étnico-raciais e, em especial, questões sobre o racismo e o sofrimento emocional vivido por sujeitos negros e negras, oriundos do processo de humilhação social pelos quais passam. Foi apenas com o advento de debates à luz de uma psicanálise decolonial, os quais são relativamente novos, que essa temática começou a ganhar relevância no meio psicanalítico.

Ao trabalhar com o inconsciente, é condição imprescindível a psicanalistas ter ciência e compreender os elementos, processos e fatores de toda ordem que impactam na configuração da constituição da subjetividade do sujeito. Portanto, trata-se de um recorte epistêmico que elege um assunto de grande importância ao constructo teórico da psicanálise, como também no que diz respeito propriamente ao exercício da clínica.

Estudos étnico-raciais: um breve recorte

Ao nos propormos a abordar a temática do letramento racial e sua importância no processo de formação permanente de psicanalistas, faz-se necessário, mesmo que maneira concisa neste trabalho, aproximarmos-nos dos estudos étnico-raciais, os quais respaldam as discussões em torno das questões sobre a negritude e branquitude no Brasil.

Indiscutivelmente, tal temática é de grande valia no contexto brasileiro, haja vista o histórico nacional acerca dos processos sociais que impactaram de maneira definitiva na vida das pessoas negras traficadas para o Brasil na condição de escravizadas, bem como de suas descendências, as quais foram marcadas por esta chaga humanitária.

Estamos a falar de quase quatro séculos, entre os anos de 1500 e 1900, período no qual a dignidade das pessoas negras foi violentamente interdita e que, mesmo após a abolição da escravatura, perdurou e perdura até os dias atuais na forma da gritante desigualdade social, a qual nega peremptoriamente a igualdade de oportunidades entre pessoas negras e pessoas brancas.

De acordo com Maria Batista Lima, no trabalho intitulado *Identidade Étnico/Racial no Brasil*, uma reflexão teórico-metodológica, publicado no ano de 2008,

no Brasil a luta contra essa desigualdade envolveu muitos sujeitos ao longo dessa diáspora negra, seja de postura mais africanistas ou de posturas mais relativizadoras. Na pessoa do intelectual e militante Abdias do Nascimento, na década de 70, o movimento negro encontra um portavoiz para discordar da idéia de monoetnicidade e monoculturalismo centrados nas concepções de mestiçagem étnica e sincretismo cultural. A postura militante de Nascimento, assim como de boa parte da militância da época era propor a construção de uma democracia

plurirracial e pluriétnica [...] (Lima, 2008, p. 37)

Isto posto, observa-se o intento de pessoas vinculadas ao movimento negro brasileiro na busca por maior rigor categórico acerca das discussões da luta étnico-racial, com vistas à consolidação deste campo epistêmico, o qual buscava promover a emancipação da população negra por meio de políticas públicas voltadas para a problemática étnico-racial. Ainda, conforme Lima,

tem se fortalecido também, no contexto dos estudos étnico-raciais no país a perspectiva teórica do uso dos conceitos de afrodescendência, etnia e identidade negra, sem perder de vista o conceito de raça como categoria historicamente implicada com a afrodescendência da população brasileira e do racismo como instrumento de desigualdade nos diversos espaços dessa sociedade. (Lima, 2008, p. 37)

Portanto, observa-se a tentativa de construção e legitimação de uma gramática das relações étnico-raciais, que tem como propósito possibilitar a afirmação e reafirmação das identidades que compõe as pessoas negras, as quais, em um primeiro momento, o poder do colonizador tentou apagar, desumanizando essa parcela de pessoas e, em um segundo momento, negando a existência de relações discriminatórias expressas através do racismo estrutural, o qual se manifesta mesmo que disfarçadamente, fazendo crer em uma irreal democracia e pacificidade racial, e que incide de maneira voraz sobre a vida de pessoas pretas e pardas.

Efetivamente, foi com a afirmação identitária no seio da comunidade negra que esses sujeitos, ao lançar luzes sobre a história de exclusão e menosprezo social a que foram submetidos, puderam colocar-se na cena pública como cidadãos requerentes do reconhecimento social de sua raça, bem como dos direitos sociais a que têm direito, e exigir a implementação de ações reparatórias a fim de amainar as consequências de todas as desventuras que lhes foram impingidas ao longo do tempo.

Esse processo de afirmação identitária mostrou-se e mostra-se imprescindível à comunidade negra já que conforme apresenta Neusa Santos Souza, em sua obra *Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão*, publicada no ano de 1983,

ser negro [...] é tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim ser negro não é uma condição dada, *a priori*. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. (Souza, 1983, p. 77)

Em consonância com Santos Souza, e caminhando para a finalização desta subseção, mais contemporaneamente, no que tange aos estudos étnico-raciais, amparamo-nos uma vez mais em Lima a qual declara que atualmente na

sociedade brasileira, parece que a desmistificação do discurso da democracia racial e da ideologia do branqueamento trouxe avanços políticos relevantes, que leva à melhor explicitação das identidades. Assim, as problematizações sobre identidade se articulam com a luta por políticas específicas de redução das desigualdades para a população negra, tais como os debates e intervenções no campo das políticas de ação afirmativa, a inclusão de temáticas relacionadas à história e cultura de base africana nos currículos escolares, entre outras iniciativas. (Lima,

2008, p. 43)

Negritude e subjetividade à luz da psicanálise

Para se pensar a problemática da negritude e das subjetividades das pessoas que constituem a população negra, à luz da psicanálise, faz-se necessário, conforme orienta Isildinha Baptista Nogueira, em sua obra *A Cor do Inconsciente: significações do corpo negro*, publicada no ano de 2021, atentar-se para a leitura do corpo como um signo de representações sociais que uma sociedade produz em torno dos indivíduos que a compõe. Segundo a autora, “O corpo funciona como marca dos valores sociais; nele a sociedade fixa seus sentidos e valores. Socialmente, o corpo é um signo” (p. 65).

Tal leitura acerca do corpo, por sua vez, requer o reconhecimento de fatores históricos que impactam diretamente no processo de constituição das subjetividades dos sujeitos, uma vez que, em consonância com Nogueira

O negro não era persona. Não era um cidadão nascido livre, como pessoa jurídica; na condição de escravizado, não era pessoa; seu estatuto era o de objeto, não de sujeito. Assim, o negro foi alijado do corpo social, única via possível para se tornar indivíduo. (Nogueira, 2021, p. 56)

Portanto, para quaisquer análises e apontamentos que se busque realizar acerca da constituição da individuação de pessoas cujos corpos trazem a marca da negritude, há que se indispensavelmente levar em consideração o passado trágico da escravidão, no qual a desumanização dessa parcela de pessoas era a prática adotada por seus algozes.

Segundo a autora em destaque

a instituição da escravidão construiu, para os negros, a representação segundo a qual eram seres que, pela sua “carência de humanização” (porque portadores de um corpo negro, que expressava uma “diferença biológica”), inscreviam-se na escala biológica num ponto que os aproximava dos animais e das coisas, seres esses que, legitimamente, constituem objetos de posse dos “indivíduos humanos”. (Nogueira, 2021, p. 56)

Para além da violência física a que eram submetidas e a todo tipo de flagelos advindos dessa condição de assujeitamento, as pessoas negras tinham minoradas, quando não impossibilitadas, quaisquer expectativas de se verem como seres humanos e, por conseguinte, detentoras de subjetividade. Ainda em conformidade com Nogueira,

em função desse passado histórico, marcado pela desumanização que, como consequência, constitui um obstáculo à construção da individualidade social, o negro tem o seu processo de tornar-se indivíduo comprometido [...] na medida em que bloqueia a possibilidade de identificação com os outros nas relações sociais. (Nogueira, 2021, pp. 55-56)

Importante ressaltar, contudo, que os desfortúnios vivenciados pelas pessoas negras no Brasil não foram encerrados com a abolição da escravidão nos anos finais do século XIX, tendo em vista que de maneira estrutural o racismo embrenhou-se no imaginário e no modo de organização da sociedade brasileira. Isildinha Nogueira, afirma que mesmo com a libertação da escravatura não foi possível ao negro o ingresso na classe trabalhadora. Mesmo com o estatuto de cidadão, as novas formas de organização social não acomodaram as pessoas negras nas novas relações de trabalho que se

estabeleciam com a república e a fase incipiente do capitalismo em terras brasileiras. Na voz de Nogueira,

a libertação da escravatura não significou, para o negro, ingresso na classe trabalhadora; ao contrário, tal processo foi vivenciado como um abandono: abandonado pelos senhores, ele se tornava um peso, um excedente na estrutura social. O negro, conseqüentemente, veio a pertencer ao lumpemproletariado; mesmo atualmente, grande parte da população negra se encaixa nessa categoria, ou, pelo menos, é assim que, nas representações sociais, se constitui a imagem da população negra. (Nogueira, 2021, p 57)

Diante desse impasse - que não se trata de questão exclusivamente idiossincrática à psique do sujeito, haja vista que a constituição identitária se dá no plano da intersubjetividade -, historicamente construiu-se na coletividade um senso de aversão à imagem do negro e daquilo que ele representa no imaginário: um animal escravizado, desprovido de humanidade e de direitos, cuja função de peça/objeto serve para a prestação de serviços não remunerados, tendo em vista seu alheamento dos processos de produção e, conseqüentemente, culturais (em seu mais amplo espectro). Esse cenário tétrico, segundo Nogueira, culmina em:

a consequência disso é que o negro, no seu processo de tentar se constituir como indivíduo social, desenvolveu um horror a se identificar com os seus iguais, pois estes representam, para ele, o retorno de um sentido insuportável, que tenta recalcar: a gênese histórico-social de sua condição de negro, que o remete ao estatuto de “peça”, em primeiro lugar; ao estatuto de *lumpem*, em segundo lugar. (Nogueira, 2021, p. 58)

Isto posto, socialmente a significação que se tem do corpo negro é um elemento fundante na apreensão e na compreensão acerca das subjetividades das pessoas negras, elemento que não pode ser desconsiderado, por exemplo, pela clínica psicanalítica, a qual lida com a dimensão inconsciente no processo de subjetivação do sujeito. Com vistas a ilustrar esse processo, recorremo-nos à Nogueira que declara:

as relações parentais, longe de se inscreverem aquém do social na sua amplitude, são relações em que o social como um todo está presente; por meio do discurso e das atitudes dos pais, a criança se vê confrontada com a ordem social como um todo, que está presente na linguagem que constitui a dimensão simbólica, na qual os sentidos sociais estão cristalizados. (Nogueira, 2021, p. 35)

Nessa medida, faz-se importante não perder de vista que foi através da cultura, portanto uma deliberação humana, que se construiu a categoria “negro”, a qual, ao menos no ocidente, resulta do lugar e do olhar das pessoas brancas acerca das pessoas pretas e pardas. Para Nogueira,

o indivíduo branco pode se reconhecer em um “nós” em relação ao significante “corpo branco” e, conseqüentemente, se identificar imaginariamente com os atributos morais e intelectuais que tal aparência expressa, na linguagem da cultura, e que representam aquilo que é investido das excelências do sagrado. (Nogueira, 2021, p. 66)

Conquanto em relação à população negra atribui-se, social e historicamente, predicados não só falaciosos como desumanizatórios acerca de suas origens, não permitindo-os enxergarem-se a si próprios como sujeitos plenos e dignos de humanidade, tais como as pessoas brancas, mas também classificando-os em escala menor ante a dignidade humana.

Psicanálise e racismo: uma história negligenciada

Durante décadas, temas relacionados às implicações da colonização, escravidão e racismo não foram contemplados pela psicanálise, a qual negligenciou os impactos desses processos na constituição da psique humana, tal como em relação aos sofrimentos produzidos por essas questões na vida de pessoas negras e pardas.

Aventa-se como possíveis explicações para a ocorrência desse negligenciamento o fato de a psicanálise ter sido desenvolvida em território europeu no qual o eurocentrismo científico dedicava atenção com grande ênfase na raça caucasiana, a qual predominava naquele continente no início do século XX. A realidade supramencionada não foi diferente em terras brasileiras. No artigo intitulado *Psicanálise e Racismo: entre os tempos de ver, compreender e concluir*, de autoria das pesquisadoras Rosa Coutinho Schechter e Flávia Gaze Bonfim, publicado no ano de 2020, elas asseveram que

constata-se de forma constrangedora que aqueles que orientam sua prática clínica pela psicanálise – aqui, nos incluímos – dispensaram pouquíssima atenção ao fenômeno do racismo. Salvo raras exceções, verificamos que as particularidades advindas do fato de se possuir um corpo negro em nosso país foram ignoradas pelos psicanalistas brasileiros. Ou seja, mais da metade da nossa população manteve-se invisível também em nosso campo. (Schechter e Bonfim, 2020, p. 03)

Ainda sobre as discussões em tópico, ambas as autoras acima citadas, neste mesmo trabalho a que nos referimos, argumentam que o recalque também configura-se um elemento a ser levado em consideração quando propomo-nos a refletir sobre as alegações do distanciamento da psicanálise de temática tão cara à humanidade, como o é o racismo. Segundo as autoras,

podemos dizer que os analistas no Brasil não escaparam daquilo que toda análise procura desvelar para cada analisando – o recalque. Recalcamos nossa história de longa tradição escravocrata, com seus efeitos psíquicos que se perpetuam com as práticas racistas no Brasil. País este, cuja população descende de homens e mulheres negros que foram capturados de diversas regiões da África e que por mais de três séculos foram escravizados, marcados como objetos que serviram de enriquecimento aos brancos e despossuídos de qualquer humanidade. (Schechter e Bonfim, 2020, p. 05)

Isto posto observa-se que tanto questões coletivas - próprias de uma sociedade -, como subjetivas - relativas à singularidade do sujeito -, influenciam o modo como a negritude e o racismo são abordados pela psicanálise, de modo que na contemporaneidade, na medida em que mais luzes são lançadas sobre essa problemática, graças à atuação constante e aguerrida dos movimentos sociais negros na luta por direitos sociais, reparatórios e jurídicos desse povo, tem aberto espaços para que haja também a alteração, ainda que lenta, da realidade das instituições psicanalíticas que começam a tornar menos homogênea e mais plural a realidade racial do quadro de pessoas que nelas transitam, seja com psicanalistas seja como pacientes.

Letramento racial: caminhos para o enfrentamento do racismo

O enfrentamento ao racismo estruturante de uma sociedade, e que historicamente conserva práticas preconceituosas, discriminatórias e segregatórias, demanda ações civis e governamentais, atreladas a distintas e diversas esferas, tais como a educação, a justiça, a organização das cidades, o mundo do trabalho, a cultura, a assistência social,

e dentre outras. Essas ações objetivam fazer emergir uma temática com a qual a sociedade brasileira não apenas não quer se deparar, mas também busca silenciá-la.

Pensar o letramento racial como estratégia pedagógica mostra-se o caminho, conjuntamente com outras ações cidadãs de outras naturezas, para um movimento na busca de uma tomada de consciência social - individual, coletiva e institucional -, em torno das implicações históricas da escravidão na demografia do país.

Nesse sentido, amparando-nos nas considerações apresentadas por Renata Trindade Severo, em seu artigo nomeado Letramento Racial e Técnicas de Si, publicado no ano de 2021, a qual em conformidade com as postulações de Sueli Carneiro (2005), conceitua:

proponho que o letramento racial constitui um conjunto de técnicas de si por meio do qual indivíduos brancos podem dissociar¹ brancura — a cor branca da pele e os traços característicos das pessoas brancas — de branquitude — o pensamento segundo o qual pessoas brancas são superiores a pessoas não brancas, ambos processos internos ao dispositivo da racialidade (Severo, 2021, p. 6402)

Isto posto, observa-se que o intuito da proposta de letramento racial busca incidir sobre uma construção imaginária, historicamente inculcada na cultura e nas subjetividades dos sujeitos, e que categoriza o corpo negro (preto e pardo) em grau de inferioridade dentro da condição humana, quando mensurados pela métrica da branquitude.

O letramento racial mostra-se condição imperiosa para que uma sociedade possa construir ao longo do tempo condições de dirimir as ignorâncias, as incompreensões, e as inverdades perenizadas acerca de questões próprias de uma sociedade racializada e que busca insistir em conservar o racismo como forma de estratificação e humilhação social.

A busca por sujeitos letrados racialmente coaduna-se a um princípio de vida social no qual a igualdade de oportunidades seja recíproca entre as pessoas, independentemente de predicados naturais e culturais que as constituam. Nesse sentido, o

sujeito produzido no exercício das práticas de si do letramento racial possui códigos, gramática, vocabulário e é proficiente a ponto de conseguir analisar não apenas o racismo, mas sua interação com outras formas de opressão, ou seja, o sujeito produzido por esse discurso é um sujeito com ferramentas para examinar sua própria produção enquanto sujeito racializado e possui uma espécie de metalinguagem para abordar o dispositivo da racialidade. (SEVERO, 2021, p. 6409)

Assim sendo, o exercício do letramento racial não busca contemplar apenas as pessoas que não se enxergam racializadas, mas, também, aquelas que, não obstante perceberem sua racialidade através do olhar do outro não racializado, não conseguem perceber que o outro não se vê um sujeito racializado.

Nessa medida, ao realizarmos o direcionamento da perspectiva acima percorrida para um outro objeto de análise neste artigo, a formação permanente de psicanalistas, é possível apreender que o processo de letramento racial é condição impreterível para a prática do ofício da psicanálise, tendo em vista que ao se trabalhar com as

¹ Nota contida na citação direta da bibliografia utilizada: “A percepção de que o letramento racial permite que sujeitos brancos consigam dissociar brancura e branquitude é de Schucman (2012), que verifica, ao final de sua tese de doutorado, que uma pequena parte de seus entrevistados é capaz de operar essa dissociação. Neste artigo, proponho que o letramento racial pode ser visto como técnica de si, no sentido foucaultiano”. (Severo, 2021, p. 6402).

singularidades dos sujeitos, as quais manifestas por meio do psiquismo, e notoriamente pelo Inconsciente, ser um(a) profissional letrado(a) racialmente permite a realização de uma escuta mais acuitiva dessa instância de saber do sujeito.

Formação permanente em psicanálise

Transpostos pouco mais de cento e vinte anos desde a criação da psicanálise, o processo de constituição do sujeito analista segue periodicamente sendo revisitado pelas instituições psicanalíticas, na voz dos pares que as organizam. A propósito, movimento imprescindível à perpetuação desta ciência e ofício, e que faz parte daquilo a que as(os) psicanalistas designam de formação permanente.

Concebida para ser prioritariamente transmitida e não ensinada, a psicanálise quando consumada como ofício funda-se na tríade estruturante composta pela análise pessoal, pelo estudo teórico e pela *práxis* clínica liada à análise de controle. A salvaguarda desses rigores ético, conceitual e metodológico possui relação direta com as concepções que uma sociedade possui em torno do que se trata a psicanálise.

Ao longo de mais de um século as mudanças sociais pelas quais passam as sociedades e, conseqüentemente, o modo de vida das pessoas, implicam à psicanálise o desafio e o compromisso de refletir acerca da contemporaneidade com suas novas formas de gozo, mas também de sofrimentos, os quais influenciam no modo de atuação de analistas clínicos que têm como prática laboral a escuta dos sujeitos e os atravessamentos que conformam sua psique. Dentre essas mudanças, que são inúmeras, há de se volver o olhar para a problemática do racismo e seus efeitos sociais que reverberam nas condições emocionais das pessoas, em especial da população negra, a qual sente de maneira mais contundente os impactos de sociedades que ainda se alicerçam sobre bases do racismo estrutural.

A psicanálise, por sua vez, não pode se eximir da responsabilidade de dedicar-se a essas problemáticas, as quais, indiscutivelmente, interferem na vida das pessoas que são partícipes dessas comunidades e que, portanto, são afetadas frontalmente pela forma como as sociedades as enxergam e as tratam no seio social; mas, também, dos indivíduos que, ao não sofrerem diretamente as consequências das exclusão fruto do racismo, muitas vezes retroalimentam uma cultura racista, tendo em vista a permeabilidade de tais práticas na vida ordinária e que acabam por serem naturalizadas e não percebidas pelas pessoas.

Posto isso, fica evidente que tendo mais de 55,0% da população autoidentificada como pertencente à população negra, ou seja pessoas pretas e pardas, segundo o último censo demográfico realizado no ano de 2022, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não é concebível que a psicanálise, e o processo de formação permanente de psicanalistas não contemple, em número e rigor necessários, atitudes e procedimentos que visem incorporar tema de tamanha envergadura e importância ao rol de assuntos a serem acolhidos e contemplados pelas(os) profissionais que já praticam a psicanálise, como também nos processos de formação de novos psicanalistas, a fim de minimizar, o máximo possível, essa lacuna que perdurou por décadas no meio em questão.

Metodologia:

Para a feitura do presente trabalho, o autor realizou uma pesquisa exploratória e bibliográfica, haja vista que se buscou na confecção deste artigo ensaístico apreender a implicação da temática dos estudos raciais na formação permanente em psicanálise, um assunto que tem ganhado corpo relativamente há pouco tempo e que carece de mais

investigação por parte de pesquisadoras(es).

Para a pesquisa exploratória, cujo objetivo é conhecer o fenômeno dentro de seu contexto considerou-se que,

o enfoque qualitativo permite melhor compreensão do comportamento humano e do contexto social. A pesquisa exploratória permite, nesse processo, que o pesquisador contemple os dados qualitativos de forma sistêmica, com uma compreensão ou interpretação detalhada do fenômeno analisado. (Lösch, Rambo e Ferreira, 2023, p. 03)

Aliado à abordagem qualitativo-exploratória, utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica sobre a problemática investigada. Para tal, as autorias deste trabalho dedicaram-se à catalogação de pesquisas e de trabalhos configurado em diversificados gêneros textuais – artigos científicos, dissertações, teses e livros - realizados em torno da temática em estudo, com vistas a conhecer autoras(es) que investigam os temas em foco, bem como as discussões, posicionamentos e considerações trazidas acerca do assunto.

Segundo Gil (1994, apud Lima e Mioto, 2007, p. 40) a

pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (Lima e Mioto, 2007, p. 40)

Para a realização da revisão da literatura, optou-se em utilizar bases de dados digitais de trabalhos científicos nas quais a partir do emprego de palavras-chave pertencentes ao campo semântico do assunto abordado pode se ter acesso a um significativo acervo de produções acadêmicas em torno da questão estudada. Para além deste recurso, obras físicas foram consultadas, tanto para estabelecer contato com o conteúdo apresentado por elas como para o conhecimento das referências utilizadas pelas(os) respectivas(os) autoras(es), ampliando assim o leque de possíveis títulos a serem utilizados.

Isto posto, e por fim, ainda em diálogo com as autoras supramencionadas, vale ressaltar que a pesquisa bibliográfica exige do(a) pesquisador(a) “um movimento incansável [...] de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico que permite, por sua vez, um leque de possibilidades na apreensão das múltiplas questões que envolvem o objeto de estudo”, uma vez que se trata de um “procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas.” (Lima e Mioto, 2007, p. 44).

Sobre os impactos do racismo na prática do ofício de psicanalistas

Conforme pudemos observar em seção anterior deste trabalho, intitulada *Psicanálise e racismo: uma história negligenciada*, por décadas a temática do racismo, e em específico, as implicações do racismo na constituição psíquica de sujeitos negras e negros, não foi uma tópica considerada com o devido valor que possui no tratamento psicanalítico. Há de se constatar, portanto, que o não debruçamento desta área do conhecimento sobre uma problemática fundante no modo como os sujeitos se reconhecem, individual e coletivamente, trouxe e traz impactos significativos na maneira como esses sujeitos são recebidos no consultório e como têm a sua experiência de vida - na relação com o outro e conseqüentemente consigo próprio – escutadas sob o olhar

da psicanálise.

Importante ressaltar, ainda, o pouco número de psicanalistas negras e negros no Brasil, bastando para isso observar (a olhos vistos) a predominância de pessoas brancas nas instituições psicanalíticas, bem como nos processos de formação permanente em psicanálise. Este sintoma social expressa de maneira notória o quão o círculo psicanalítico possui pouca diversidade racial na sua estrutura organizacional, não obstante poder-se observar sutis mudanças ao longo dos últimos anos, mas que, ainda, são incipientes diante dos desafios étnico-raciais pelos quais passa a sociedade brasileira.

Nunca é demais recordar que psicanalistas também são sujeitos que podem, consciente ou inconscientemente, expressar, sem que se autopercebam mantenedores deste comportamento, práticas linguageiras carregadas de preconceito e discriminação de distintas naturezas e sobre distintos objetos, dentre as quais o racismo. Reside neste ponto, portanto, a necessidade da constante atenção, reflexão e autopercepção das(os) psicanalistas no que tange ao modo como se porta e se conduz a escuta do sujeito que profere de seu divã.

A escuta flutuante deve partir do pressuposto de que os sofrimentos vividos pelos pacientes são singulares, na medida em que cada qual indivíduo possui sua história de vida atravessada pela linguagem que conforma o lugar do sujeito no meio social e o qual inexoravelmente afeta seu psiquismo. Não diferente ocorre com a pessoa negra cuja história dela própria e de sua ascendência é condição *sine qua non* para a organização de sua estrutura psíquica, a qual é marcada pela hediondez histórica do processo da escravização do povo ao qual pertence.

Há de se reafirmar sem receios, porque trata-se da voz das pessoas que do lugar da sua negritude enunciam, que o racismo (conhecido ou não pelo analista) é um elemento não desprezível no processo de análise e apreensão das marcas inconscientes no processo de adoecimento e formação de sintomas anímicos, quando não somatoformes.

Desta maneira, a inteligência no que tange à problemática do racismo e suas implicações, seja de natureza comunitária ou particular ao sujeito, é de fundamental importância, haja vista que ela interferirá na prática do analista, possibilitando-o um prisma de olhar distinto daquele no qual o racismo é uma questão alheia à sua vida, ou mesmo inexistente para alguns. Dito isso, por consequência, é possível, apreender a relevância do movimento pelo qual necessitam realizar tanto a psicanálise, como seus operadores, de volver o olhar para o assunto em voga, dado que sua condição é constitutiva da subjetividade das formas de existência e do reconhecimento das pessoas sobre suas próprias vidas.

Negligenciar esse aspecto precípuo à vida psíquica, no exercício da psicanálise, configura-se ato desdenhoso, imprudente e impericial no trato profissional com pacientes e com as possibilidades de acolhimento e tratamento desveloso de analisandos, sejam eles pessoas negras que sofrem dianteiramente os flagelos do racismo, seja em relação a pessoas brancas que podem consciente ou inconscientemente reverberarem práticas hostis e segregacionistas, as quais devem ser objeto de análise durante as intervenções realizadas pelo psicanalista.

Sobre os impactos do racismo no acesso ao tratamento psicanalítico à população de pessoas negras

O ominoso período de quase quatrocentos anos de escravização de pessoas negras no

Brasil, inscreveu na história da nação cicatrizes sociais que reverberam, até o tempo contemporâneo, nas mais diversas esferas da vida pública. De acordo com Sueli Carneiro, em sua obra *Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*, publicada no ano de 2023,

são múltiplas as interdições desencadeadas pelo dispositivo de racialidade. O negro é interdito enquanto ser humano, enquanto sujeito, enquanto sujeito de direito, enquanto sujeito moral, político e cognoscente [...] As interdições são aliadas, enfim, da formação de um certo imaginário social que naturaliza a inferioridade dos negros. (Carneiro, 2023, p. 121)

Isto posto, há de ser considerado e constatado que mesmo após 137 anos de abolição da escravidão no Brasil, ao menos da legalização desta prática, as marcas deixadas por essa política aterradora perpassam pela cultura brasileira, as quais se materializam no denominado racismo estruturante das relações sociais que implicam um lugar de inferioridade às pessoas negras.

Neste aspecto, não é possível que desconsideremos a problemática da desigualdade social, fruto da desigualdade econômica sistêmica construída e mantida entre a população de pessoas brancas e de pessoas negras. Este fator é de grande importância para a compreensão, por exemplo, dos motivos que levam a que significativa parte das pessoas negras não tenham acesso a bens materiais e de serviços, uma vez que o direito a condições de trabalho é fortemente marcado de maneira supressória na vida de pessoas negras.

Para a intelectual Lélia Gonzalez, em seu trabalho “A juventude negra brasileira e a questão do desemprego”, texto contido na obra ‘Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos’, organizado pelas autoras Flavia Rios e Márcia Lima, publicado no ano de 2020,

o privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra. E não estamos nos referindo apenas ao capitalismo branco, mas também aos brancos sem propriedade dos meios de produção que recebem seus dividendos do racismo. (Gonzalez, 2020, p. 46)

Em consequência disso, ainda segundo Gonzalez na obra em pauta, por exemplo acerca do mercado de trabalho, “quando se trata de competir no preenchimento de posições que implicam recompensas materiais ou simbólicas, mesmo que os negros possuam a mesma capacitação, os resultados são sempre aos competidores brancos” (p. 46). Para a pesquisadora, tal ocorrência é uma realidade presente em todas as camadas dos distintos segmentos sociais, cenário este que demonstra a quão perversa é a exclusão impingida pela sociedade às pessoas negras, cujas oportunidades de desenvolvimento individual e coletivo de sua raça são obliteradas ao ponto de impedir que se observe mobilidade social desta parcela da população, a qual conforma a maioria das cidadãs e cidadãos brasileiros.

Amparando-nos, uma vez mais, nas considerações apresentadas pela filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez, é possível dimensionarmos o grau de obstrução a que estão sujeitadas as pessoas negras no Brasil, perante a perpetuidade do racismo estrutural no delineamento da vida social. Consoante a Gonzalez

O que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta

da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada etc. Ora, tudo isso implica baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação etc. (Gonzalez, p. 46)

Não é aceitável também que nos isentemos da constatação de que a psicanálise, por longo período, eximiu-se de se debruçar sobre a problemática racial e de toda a complexidade dela oriunda, deliberação que indiscutivelmente afastou a porcentagem de pessoas negras que teriam condições de usufruir deste método de tratamento, exatamente pelo motivo desse campo do saber e dos psicanalistas desconhecerem as realidades vivenciadas por esta parcela da população.

Destarte, em face das informações, dos registros, dos dados, bem como da produção científica por ora produzida em torno da temática em foco, é, portanto, possível afirmarmos, que o racismo produz impedimentos para que a psicanálise seja uma alternativa no acolhimento do desamparo e do sofrimento humano vivido por pessoas negras, as quais trazem em suas histórias coletivas e individuais subjetividades que merecem o direito de serem escutadas, tanto com vistas ao cuidado com o paciente negro, motivo primeiro desta reflexão, bem como para o enriquecimento da própria psicanálise, a qual, na ausência de sujeitos negros em seu divã, e na condição de analistas, invariavelmente deixa de conhecer um modo de existência para o melhoramento desta ciência e abordagem terapêutica.

Sobre o imperativo da inclusão do letramento racial na formação permanente em psicanálise

O avanço das discussões em torno das questões intrínsecas à problemática do racismo, o qual exprime o resultado da inarredável luta do movimento negro brasileiro na busca pela asseguarção de direitos e da proteção social e jurídica da população a que ele representa, tem, na contemporaneidade, afirmado a importância do fortalecimento do letramento racial como mecanismo pedagógico de conscientização dos cidadãos acerca das especificidades do assunto em pauta, e que conformam os desafios da construção de uma sociedade não apenas não racista, mas também antirracista.

Para esse intento, defende-se que o debate sobre o letramento racial não deva estar circunscrito apenas à população negra, mas sim disseminado por toda a estrutura social como parte constitutiva das instituições, a fim de opor-se ao racismo estrutural e fazer valer seu propósito político e educacional. Sustenta-se, portanto, a perspectiva de que as premissas do letramento racial estejam presentes nos diversos e distintos processos de formação para a cidadania, formais e informais, de modo a que o racismo seja um tema refletido diuturnamente pelas pessoas, as quais cientes da existência de um grave problema histórico, e que perdura na atualidade, possam agir ativamente combatendo-o em si mesmas como nas relações sociais estabelecidas com terceiros.

Isto posto e acompanhando a lógica supramencionada, defende-se que as instituições psicanalíticas devem pensar e propor formações alicerçadas em princípios antirracistas, caso a própria psicanálise queira redimir-se de seu atraso no que tange à importância da inclusão de assunto tão essencial e necessário a este do campo do saber, como, em primeiro plano, oportunizar com qualidade a escuta de pessoas pretas e pardas.

Sobre o papel da psicanálise na reflexão acerca do racismo e da luta antirracista

A psicanálise, portanto, ao se dedicar às questões raciais apreendidas sob o arcabouço instrumental deste campo do saber, pode contribuir com as discussões em torno dos

enfrentamentos idiossincráticos aos sujeitos, bem como coletivos de um corpo social, no que tange ao racismo. Nessa medida, a psicanálise possui importantes considerações a se fazer em relação a uma chaga que marca a história da humanidade, e com grande ênfase o Brasil, tendo em vista a história escravocrata por qual passou a sociedade brasileira, e a qual vale lembrar foi a última a abolir o tráfico negreiro e a situação de escravização de pessoas negras advindas da África.

Ainda é imperioso lembrarmos que o racismo contra pessoas pretas e pardas no Brasil foi e permanece sendo invisibilizado, uma vez que a construção do imaginário popular em torno dessa prática discriminatória e, hoje tipificada como crime, reforçou ao longo do tempo a inexistência do racismo em nossa sociedade, afirmando, ao revés, a predominância de uma pacífica relação entre as raças constituintes da população brasileira. Esse apagamento do racismo, negando suas violências e efeitos sobre a vida das pessoas negras, segue retroalimentando a crença infundada e, muitas vezes realimentada por representantes do poder público, de que as condições de existência simbólica e material das pessoas negras não são afetadas por práticas discriminatória oriundas da raça.

Neste sentido, e à medida que a psicanálise na contemporaneidade tem ganhado projeção e abarcado maior número de adeptos, seja na condição de leigos interessados no assunto, de pacientes, ou de postulantes ao lugar de analista, esta ciência têm possibilidades de ampliar as discussões sobre o racismo e suas complexidades, permitindo a inserção dessas questões no dia a dia das pessoas e oportunizando o processo de letramento racial, que combinado a políticas públicas e à atuação do Poder Judiciário é fator crucial no confronto do racismo, reforçamento dos Direitos Humanos e consequentemente condições de maior dignidade à população negra composta por pessoas pretas e pardas as quais sofrem de maneira mais direta os efeitos nefastos do racismo estrutural.

A psicanálise, por conseguinte, tem neste momento da história a chance e o dever de assumir para si o papel de uma ética antirracista, que zele pelo imperativo categórico da constante luta pela direitos dos povos que padecem com processos de racialização que os categorizam em condições de inferioridade e ausência de direitos e de equidade de oportunidades.

Considerações Finais:

Caminhando-se para a finalização deste trabalho, e após realizadas as reflexões a que se propôs com a sua feitura, a saber a importância do letramento racial na formação permanente em psicanálise, observa-se que a temática em foco mostra-se imperiosa na conjuntura social brasileira, uma vez que os debates comunitários, pesquisas acadêmicas e políticas sociais em torno da problemática da racialidade têm ganhado cada vez mais espaço no cenário público.

Nesta perspectiva não é diferente com a psicanálise, para a qual tais considerações são de grande relevância, uma vez que possibilitam o engendramento de ações que visem a aperfeiçoar o manejo psicanalítico no atendimento tanto de pessoas negras, como de pessoas pertencentes a outras raças e ou etnias, e sobre as quais os fantasmas e idealizações acerca da negritude são elementos que conformam o psiquismo humano.

Vale ressaltar que o aperfeiçoamento da prática clínica com pacientes historicamente excluídos devido à sua condição racial está alicerçado no processo da (des)construção da alteridade em relação às pessoas pretas e pardas, tanto pelas instituições de psicanálise como pelos sujeitos psicanalistas.

As comunidades psicanalíticas somente compreenderão com profundidade e sensibilidade, e portanto com o rigor necessário à assimilação deste objeto de análise, quando efetivamente se colocarem a uma genuína escuta das pessoas partícipes desta parcela população, as quais seguramente tem um prisma de olhar sobre suas existências marcadas pelo exclusão, negligência e humilhação sociais sofridas ao longo da constituição da cultura brasileira e que reverberam em suas subjetividades, em quase, senão todas, as esferas de suas vidas.

Em virtude dessa conjuntura, reafirma-se que para o enfrentamento do racismo estrutural que delinea as relações sociais no Brasil, e para além das outras instâncias e atores sociais necessariamente implicados nessa questão, crê-se que a psicanálise tem condições de se colocar nesse processo de maneira diligente na somatória de esforços para a alteração do *status quo* acerca do impasse racial que perdura no país e que traz profundo sofrimento às pessoas por ele acometidas.

À psicanálise e aos psicanalistas sobrecai a responsabilidade de amplificar seus constructos teóricos, bem como de franquear suas instituições e seus consultórios à memória inscrita na cor de pessoas cujas histórias trazem marcadas em si o peso borromeano de uma cronografia assinalada pelo estigma do escravagismo e de suas consequências nefastas.

Referências:

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. ORG. Flavia Rios e Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GOVERNO BRASILEIRO. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico de 2022**. Contido em [Censo 2022 | IBGE](#). Acesso em 09 de abril e 2024, às 10h20.

LIMA, Maria Batista. **Identidade Étnico/Racial no Brasil: uma reflexão teórico-metodológica**. Revista Fórum Identidades. Ano 2, Volume 3 – p. 33-46 – jan-jun de 2008.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37- 45 2007.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. de L. **A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, e023141, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17958>.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente: significações do corpo negro**. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2021.

SANTOS, Neusa Santos. **Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SEVERO, Renata Trindade. **Letramento Racial de Técnicas de Si**. Fórum Linguístico - Florianópolis, v.18, n. 3, p.6400-6415, jul. / set. 2021.

SCHECHTER, Rosa Coutinho; BONFIM, Flávia Gaze. **Psicanálise e Racismo: entre os tempos de ver, compreender e concluir**. In: Ayvu: Revista de Psicologia, v. 07, 2020.